

### **Ata da Reunião Ordinária do COPEDH/PR — 02/02/2024**

Ao segundo dia do mês de Fevereiro do ano de 2024 às 09:30, em formato híbrido, presencialmente na Sala de Gestão do 7º Andar do Palácio das Araucárias e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) conselheiros (as) sob justificativa prévia, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná – COPEDH/PR. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Rafael Osvaldo Machado (MPPR); Jonathan Serpa Sá (TJPR); Cláudio Marques Rolin e Silva (SESP); **Conselheiros (as) Suplentes Governamentais:** Jane Cristina Lobato Vasques (SEJU); Jeferson de Castro (SEJU); Ana Carolina Pinto Franceschi (MPPR); Samuel Pereira do Vale Neto (TJPR); Aurélio Munhoz (AMP); **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Walter Tierling Neto (Grupo Dignidade); Daisy Carolina Tavares (Terra de Direitos); Elza Maria Campos (União Brasileira de Mulheres); Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu); Thais Boamorte (Associação Flor de Lis LGBT); Hamilton Seriguelli (CDH Foz); Alisson Fernando Moreira Poças (CDH Londrina); **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Waleiska Emília Fernandes Figueiras (SINDIJOR); Camila de Fátima Pedroso de Matos (RMN); Sandra Dolores da Paula Lima (Associação Fênix); Jussara Aparecida Ribeiro (APP Sindicato); Carolina Bulgacov Dratch (CRN); Rockmilys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras); Júlia Maria Moraes (CUT); **Convidados/Colaboradores:** Gustavo (SEJU/CODIHC); **Justificativa de Ausência:** Jussara justificou informando que estaria em visita às Escolas no interior devido ao início do ano letivo. **1. Abertura:** A princípio, Gustavo saudou a todos (as) e informou que, a partir de agora, será o novo Secretário Executivo do COPEDH/PR e logo após, realizou a primeira chamada nominal para

abertura da reunião. Após a chamada, Bruna, em sua qualidade de presidenta deste colegiado, deu abertura à Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPEDH/PR). **2. Aprovação da pauta:** Bruna abriu a palavra para aqueles (as) que desejassem incluir pontos de pauta. Elza solicitou que fosse pautado o Dia Internacional das Mulheres (8 de Março). Walter solicitou que o COPEDH/PR faça um levantamento das principais datas e eventos vinculados aos Direitos Humanos, estabelecer um calendário e eleger conselheiros (as/es) ou voluntários para que redijam textos para publicações nas redes sociais do Conselho. Além disso, Walter contextualizou que no final do ano de 2023 e início de 2024, muitas atividades ficaram paradas por conta dos recessos, por isso, propõe que seja criado um procedimento para que o COPEDH/PR nunca pare e estabeleça fluxos de atividades, inclusive em períodos de fim de ano. Bruna pontuou que as redes sociais do COPEDH/PR são alimentadas pelos (as) conselheiros (as), não pela SEJU, portanto, faz-se necessário maior participação da gestão em criar artes, *posts* e fomentar seu engajamento nas redes. Quanto ao segundo ponto levantado por Walter, Bruna destacou que não é o COPEDH/PR quem para ao fim e início de ano, mas a Secretaria de Justiça — assim como outras secretarias —, assim, solicitou que o primeiro ponto de pauta fosse retirado porque já foi pautado e deliberado em outras reuniões —Walter manteve seus dois pontos de pauta para inclusão. Waleiska sugeriu que o GT de Comunicação fosse retomado, pois naquele espaço essas discussões eram discutidas. A pauta e suas respectivas inclusões foram postas em votação — sem ressalvas, aprovadas em unanimidade. **3. Aprovação das atas das reuniões:** Ordinária dezembro/2022: Bruna indicou que a ata foi encaminhada via *e-mail* para todos (as/es) e colocou-a em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovada por unanimidade. **4. Informes dos Conselheiros (as/es):**

Rockmillys informou que após 10 anos, os migrantes estão organizando a 2ª Edição da COMIGRAR que acontecerá em Foz do Iguaçu (PR), a previsão de datas é 6 e 7 de Julho, ressaltou também que as falas e as necessidades dos migrantes estavam sendo organizadas para serem apresentadas na Conferência, sendo essencial a participação de todos (as). **4.1 Informes da Mesa Diretora:** Bruna informou que a partir de agora, haverá tempo máximo para apresentação e debate das pautas para que haja maior fluidez das reuniões. Ademais, todos os convites para eventos devem ser enviados para o *e-mail* do COPEDH/PR para que haja registro e possam ser custeados pelo Estado. Lembrando que, todos (as) conselheiros (as) têm direito de representar o COPEDH, entretanto, é necessário que essa representação passe pela plenária para aprovação — assim como é nos demais Conselhos de Direitos do Estado. **5. Informes da Secretaria-Executiva:** Gustavo informou que já recebeu as informações e fotos dos (as) conselheiros (as) para a confecção dos crachás — que já estão sendo produzidos — e quanto a Lei do COPEDH (Protocolo 20.144.231-1), Jeferson indicou que a Secretaria não pode articular a aprovação da lei na ALEP antes de conversar com o COPEDH/PR. Daisy pontuou que seria importante um retorno do que foi sugerido previamente pelo COPEDH para verificar a situação do protocolo. **6. Apresentação DEPEN/SESP:** Visita na cadeia de Toledo: Bruna destacou a importância de um (a) representante do DEPPEN nas reuniões, não somente da SESP (Cláudio). A seguir, Cláudia ressaltou a importância deste olhar e cuidado com o Sistema Prisional, especialmente na Política LGBT por conta da invisibilidade do grupo, trabalhando de forma interdisciplinar e interinstitucional, tendo um Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 87 e o DEPPEN segue rigorosamente a portaria do Departamento Penitenciário Nacional — que é a Nota Técnica 09. O Marco Regulatório parte de todas as regras internacionais das quais o

Brasil é signatário, partindo da Nota 348 e da Nota 09 e das diretrizes da SESP, a partir da Portaria 87, foi criado pela 67 o Centro de Referência de Rio Branco do Sul, onde eram acolhidas as mulheres trans e travestis e gays em situação de vulnerabilidade. Entretanto, a Unidade de Rio Branco do Sul ficou pequena para a quantidade de pessoas e foi necessário transferi-las para uma Unidade em Toledo (Sandra apresentou algumas fotos da visita). Após a visita, no período da tarde ocorreu uma Reunião Técnica para definir algumas diretrizes, como o Plano Estadual de Atendimento LGBT e a melhor maneira de capacitar essas pessoas para que, quando saiam da Unidade, consigam se integrar socialmente em suas localidades de origem — visto que a maioria não é de Toledo ou Região. **De 1h13m até 1h16m o áudio está muito baixo.** A seguir, Aurélio sugeriu que a SEJU fizesse parcerias entre o Ministério do Trabalho e o SEBRAE para viabilizar a reinserção das egressas no Mercado do Trabalho, além de estabelecer parcerias com a FECOMÉRCIO e o Sistema FIEP para que possam oferecer cursos profissionalizantes gratuitos para essas pessoas. Depois da apresentação, Henrique pontuou que muitos indígenas que ingressam no sistema prisional desaparecem, pois os cadastros da SESP os definem como pardos e dentro das unidades têm dificuldades por conta da língua, ou seja, os dados da SESP sobre indígenas no sistema prisional não existem ou não fazem sentido. Por isso, solicitou que quando o COPEDH/PR for a campo, traga informações dos perfis desses indígenas, por exemplo, se possuem domínio da língua portuguesa, suas etnias e comunidades, também qual era a liderança na comunidade quando foram privadas de liberdade. Rockmillys solicitou que esses levantamentos se estendam aos migrantes. **7. Apresentação do Relatório de Atividades:** A seguir, foi compartilhado com o pleno o Relatório Circunstanciado de 2023 do COPEDH/PR contendo todas as atividades

realizadas. A elaboração do Relatório foi feita pelo Secretário Executivo, Gustavo, e enviado para todos (as/es) conselheiros (as/es). Bruna solicitou que o Relatório Circunstanciado fosse diagramado e impresso (mínimo 100). Por fim, Bruna colocou o Relatório Circunstanciado em aprovação — sem ressalvas, aprovado. **8. Apresentação Plano de Trabalho do DDH – Divisão de Direitos Humanos:**

Jeferson destacou que o COPEDH/PR deve e pode contribuir muito com o Plano de Trabalho do DDH, tendo como foco para o ano de 2024 na Educação em Direitos Humanos, sendo uma grande ferramenta para prevenção e resolução dos casos de violações. Para isso, foi firmado o Plano de Educação em Direitos Humanos para a Segurança Pública a partir do convênio com o Ministério dos Direitos Humanos e UFPR. Ademais, há o Observatório de Direitos Humanos que passou por todas as Secretarias e recentemente foram recebidas algumas recomendações da Secretaria do Planejamento. Há também a implementação do Programa Cuida Paraná, que terá como foco: migrantes; população em situação de rua e mulheres que sofreram abuso sexual — haverá uma reunião para incluir também a população LGBT. Walter destacou que, em 2023, foi discutido no âmbito do COPEDH/PR a minuta do Decreto do Observatório de Direitos Humanos, onde foram apontadas falhas e dispositivos que esvaziavam as competências do próprio COPEDH/PR, entretanto, até o presente momento, não houve qualquer retorno sobre essas solicitações feitas pelos (as/es) conselheiros (as/es). Deste modo, Walter solicitou que em Março sejam trazidas as respostas quantas as solicitações feitas pelo COPEDH/PR quanto ao Decreto. Bruna solicitou que, antes de tudo, seja realizada uma reunião entre a presidência e a SEJU para dialogar sobre o Decreto, onde o COPEDH/PR possa ser respeitado e que ambas as partes possam ceder alguns pontos para prosseguir com o Observatório. Jeferson informou que não recebeu essa devolutiva da Comissão,

solicitando assim, que seja encaminhada novamente via Protocolo. **9. Aprovação da Logo do COPEDH:** Bruna informou que as propostas de logo foram enviadas no grupo geral do *Whatsapp* para visualização de todos (as/es). Walter lembrou que a antiga conselheira Juliana rejeitou a logo porque era marcada pela branquitude, sem qualquer traço que pudesse acolher a população negra. Outro ponto ressaltado foi de que, as propostas não são construídas com todos (as/es) conselheiros (as/es) e apresentadas somente para aprovação, sem tempo de discussão e participação de todos (as/es). Portanto, Walter propôs que seja dado um prazo de 30 dias para que as logos sejam analisadas ou alteradas anteriormente à aprovação. Rockmillys destacou que as logos foram apresentadas em reunião e debatidas pelos (as/es) conselheiros (as/es), porém, ninguém trouxe novas propostas para além das apresentadas, por isso, faz-se necessário avançar nessas questões e cessar os prolongamentos excessivos das pautas. Elza sugeriu que fosse dado um prazo de 10 dias para aprimorar a logo e incluir a questão da negritude. Hamilton perguntou se alguém tem uma proposta de logo para apresentar ao pleno e decidirem. Walter registrou que essas logos são uma surpresa para todos (as/es) e não haviam sido apresentadas anteriormente, por isso, faz-se necessário no mínimo 15 dias para pensar essa questão. Alisson indicou que o CDH Londrina traria, no prazo de 15 dias, três sugestões de logo por meio do grupo de *Whatsapp*. Primeiramente, Bruna registrou que diversas ações do Conselho como o Programa Boas Práticas em Direitos Humanos e os Fóruns não aconteceram, pois, muitas vezes, conselheiros (as/es) discutem e acrescentam pontos apenas na plenária e externamente a elas, não se fazem presentes na construção, por isso, solicitou que o Secretário Executivo fizesse um levantamento das pautas mais relevantes das reuniões — que não foram concretizadas — para que a Mesa Diretora possa se debruçar sobre elas. **10.**

**Reunião Descentralizada:** Bruna indicou que é necessário criar uma Comissão para realizar a reunião descentralizada, pois é necessária a presença do Prefeito, Vereadores e fazer um documento em conjunto com a Comissão de Política Institucional para criar uma recomendação sobre as violações de direitos que estão sendo praticadas na região, além disso, criar uma agenda com a Sociedade Civil organizada do município e conseguir um local para que a reunião seja realizada. Alisson questionou qual seria a data dessa reunião e lembrou que Londrina já se colocou à disposição para recebê-la. Bruna respondeu que a previsão são os meses de Março e Abril, a depender do trabalho da Comissão. Por fim, Bruna colocou a criação da Comissão da Reunião Centralizada — sem ressalvas, aprovada. **11.**

**Audiência Pública – Defensores e Defensoras – DHPR:** A princípio, Bruna informou que a Audiência Pública tem previsão para Maio e seria sobre os Defensores (as) de Direitos Humanos do Estado do Paraná, com intuito de ouvi-los (as). Para contextualizar, Daisy informou que existe o GTT Sales Pimenta e ele tem como missão realizar o Plano Nacional de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, sendo uma ótima oportunidade do COPEDH/PR ouvir o que já existe de proteção e o que ainda é necessário. O GTT Sales Pimenta está abrindo uma Consulta Nacional e o COPEDH/PR poderá escrever propostas e sugestões, por isso, a necessidade da realização desta Audiência Pública. Assim, Bruna colocou em votação a realização da Audiência Pública sobre Defensores e Defensoras de Direitos Humanos — sem ressalvas, aprovada. **12. Eleições**

**Municipais 2024 (Violência política, campanhas antidiscriminatórias):** Bruna lembrou que em 2022, o COPEDH/PR fez um excelente trabalho através do Conselho Nacional de Direitos Humanos, onde foi assinada uma Carta de Recomendações sobre as violações de direitos humanos. Portanto, sugere a criação

de um GT para elaborar propostas de campanhas antidiscriminatórias (crimes contra mulher, LGBTfobia, racismo e outras) e neste processo convidar a OAB/PR, TRE e MPPR. Por fim, Bruna colocou em aprovação a criação do GT — sem ressalvas, aprovada. **13. Relatos das Comissões:** Bruna deu início aos relatos. **13.1. Comissão de Denúncias, População Vulnerável, Pessoa Idosa, Criança, Adolescente, Família e Mulher e Comissão de Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade e Segurança:** Primeiramente, Alisson destacou a necessidade do canal de recebimento de denúncias do COPEDH/PR, pois é de suma importância criar uma triagem. Segue o relatório elaborado e apresentado pela Comissão: *“Data da Reunião: 02 de Fevereiro de 2024. Horário: 10h00 às 12h00. Local: Edifício Baracat, R. Mal. Deodoro, 1028 – Centro, 1ºAndar – Curitiba, Coordenação: Dra. Allana. Relatoria: Alisson Poças e Elza Campos. Presentes: Dra Allana – OAB, Aloisio – SEDEF, Alisson Poças - CDH/Londrina, Elza Campos, Dra. Ana Munhoz, Colaboradores ; Juliano e Anny – Assessores do Deputado Renato Freitas. Apoio Técnico: Angelico Rein e Mariana Barros. 1. Inclusão de Pauta : ORGANIZAÇÃO INTERNA. RELATO: Foi debatido a retomada da proposta já apresentada em plenaria, referente a criação do formulario, sistema de Denuncia no site do COPEDH, Criação de E- mail padrão para todas as comissões, realização de filtro das demandas e encaminhamentos pessoais, aos órgãos competentes. Parecer da Comissão: APROVADO. Parecer do COPED: Aprovado. 2. Inclusão de Pauta: MAUS TRATOS AOS CADEIRANTES NO COMPLEXO MEDICO PENAL. RELATO: Denuncia encaminhada pelo Jurídico do Deputado Renato Freitas. Durante a Reunião tivemos a Participação do Juliano - Assessor do Deputado, onde o mesmo fez uma fala pertinente sobre o assunto. Parecer da Comissão: Realizar visita “in loco” em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da ALEP e CDDH/*



OAB. Encaminhamento de Ofício ao MP para responsabilizar o Estado. Encaminhamento de Ofício ao COEDE, CNDH e SESA para ciência e acompanhamento da denúncia. **APROVADO. Parecer do COPED:** APROVADO. 3. PROTOCOLO: 21.393.009-5 – Onde está: ACC/SEJU. RELATO: Trata-se de protocolo denunciante referente a possível estupro dentro da cadeia de Cambé. Foi relatado que a vítima teria sido possivelmente estupro pelas seguintes condições: “Em reunião falaram que não queriam mais ele na cela, o mesmo questionou e levou 3 socos na face, o que fez com que ele ficasse desmaiado, ele acordou com orifício anal sangrando, com as calças abaixadas se escorou nas grades viu o agente Penitenciário e não lembra do depois, ele recorda que foi no UPA de Apucarana/PR voltou para cadeia de Apucarana e foi levado ele mais 3 APENADOS para um lugar denominado castigo”. Participação CDH-Londrina – Frente Desencarcera – Pastoral Carceraria. **Parecer da Comissão:** Em análise a comissão encontrou dentro do protocolado parecer do CRESS e OAB. Deste modo a comissão sugere o encaminhamento de ofício as instituições citadas para averiguar os trâmites realizados até o momento, e mobilizar as forças no município de Londrina e região em conjunto com o CDH para a realização de visita técnica “in loco”, e coletivizar a demanda. Posterior a visita, será apresentado um Relatório de parecer ao COPEDH. **APROVADO OS ENCAMINHAMENTOS. Parecer do COPEDH:** APROVADO, incluir na agenda da reunião descentralizada. 4. RELATO: Os demais pontos de pauta, serão objeto de análise e deliberação em reunião extraordinária, devido a falta de maiores informações sobre os assuntos, o que inviabilizou a análise e encaminhamentos dos mesmos. A Comissão solicita que os documentos/assuntos referentes as denúncias não debatidas, sejam encaminhados com antecedência no e-mail dos membros da comissão para que haja tempo hábil de apreciação.

*SUGESTÃO DE DATA DIA 8/02 - AS 10HRS - ONLINE. Parecer da Comissão: APROVADO. Parecer do COPEDH: Aprovado. PONTOS DE PAUTA NÃO DEBATIDOS: 1. Solicitação de suporte a dois menores que tiveram seus Direitos Violados; 2. Violência Policial; 3. Migrante Privado de Liberdade; 4. Argentino acusado injustamente e solicitação de suborno; 5. Denúncia de Lígia Margheri Chaves De Mello; 7. DEPEN; 8. PROTOCOLO: 20.787.468-0 SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO A RESPEITO DA PECULIARIDADE DO ENCARCERAMENTO FEMININO. ”.* **13.2 Comissão de Articulação Política e Institucional:** Sem relatos. **13.3 Comissão de Atenção à População de Rua, Direito à Cidade e à Moradia e Questão Fundiária:** Hamilton relatou que a comissão se reuniu e discutiu a questão indígena e que pedirão mais informações sobre o Fundo de Combate à Pobreza para a Secretaria da Fazenda. Em relação aos indígenas do Oeste Paranaense, será encaminhado um ofício ao Desembargador Fernando, Ministério Público e Conselho Nacional de Direitos Humanos, este último, para que oficie a Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso, pois a questão do povo Guarani não é somente brasileira, mas também é delicada no Paraguai e na Argentina, um genocídio que deve ser tratado urgentemente. Simão destacou o trabalho realizado pela Comissão Estadual da Verdade (CEV/PR) e pontuou que a questão de reparação dos direitos violados estão parados nas “mãos” da Itaipu, por isso, gostaria de auxílio do COPEDH/PR nos encaminhamentos necessários. Hamilton informou que existem duas ações dos indígenas, uma contra a Itaipu e uma contra o Estado Brasileiro, a primeira contém 540 indígenas, ações individuais contra o Estado Brasileiro e que ninguém pode falar por eles, pois quem fala pelos Guaranis são os Guaranis. Por fim, Bruna colocou os encaminhamentos da comissão em regime de votação — sem ressalvas, aprovados. A seguir, Hamilton relatou que

estava ocorrendo uma situação muito grave em Foz do Iguaçu, onde 35 famílias ocuparam uma área, esta que está atrás de uma outra ocupação que têm 200 famílias. Entretanto, é uma área que eles não ficariam, sendo apenas para fazer pressão no Governo e na terça-feira, começaram a relatar que estavam apanhando da Guarda Municipal (há imagens das agressões, enviadas no âmbito da Comissão). Portanto, a Defensoria Pública notificou o prefeito de que, não poderia tirar as famílias do local sem ordem judicial e sem local para realocá-las, porém, mesmo assim, as retirou na quarta-feira (20) e causou uma enorme confusão. Dia 21/01 (quinta-feira), o Prefeito deu uma entrevista falando que qualquer suspeita de invasão deveria ser relatado para a Guarda Municipal porque as famílias estavam sendo “manobradas” por alguém ou algum Movimento. Assim, o Prefeito pediu a criminalização dos Movimentos Sociais que lutam por moradia e no dia 22/01 abriu um Inquérito Policial contra Hamilton, dizendo que ele não queria que as famílias desocupassem o local, algo que é verdade, pois há uma recomendação do Ministro do STF, Barroso, que não é para retirar as famílias se não houver local para levá-las. Hamilton destacou que o inquérito é uma vergonha e que não podem permitir que Policial ou Guarda têm Poder de Justiça, algo totalmente contraditório com as recomendações do próprio Poder Judiciário e a obrigação Constitucional do Estado de fornecer moradia aos seus habitantes. Portanto, Hamilton solicitou que seja encaminhado um Ofício à Guarda Municipal destacando que estava lá respondendo pelo COPEDH/PR e que eles não podem agredir este espaço, além de registrar o desagravo das ações — sem ressalvas, o ofício foi aprovado. Segue o relatório apresentado em plenária pela Comissão: *“Data da Reunião: 02 de Fevereiro de 2024. Horário: 09h00 às 17h00. Local: Palácio das Araucárias, Sala de Gestão, 7º andar, em Curitiba/PR Coordenação: Hamilton Serighelli Relatoria: Presentes: 1.*

*PROTOCOLO: 16.659.757-9 - FECOP. - Onde está: SEJU/ACC/COPEDE. Trata-se de protocolo elaborado pelo COPEDE através do ofício 020/2020 referente a solicitação de informações sobre o Fundo Estadual de Combate à Pobreza e medidas adotadas pelo mesmo face à pandemia do Covid-19, solicitando as informações abaixo relacionadas: 1. Quais são os valores disponíveis no Fundo Estadual de Combate à Pobreza atualmente ? 2. Qual a destinação dessa verba para o exercício de 2020? 3. Quais as ações e verbas destinadas ao auxílio da população paranaense durante o isolamento social necessário ao enfrentamento da pandemia do Covid19? Histórico: Ofício debatido na reunião plenária do dia 09 de Novembro 2023, onde:”Solicita informações a SEFA - FECOP – Conselho Gestor do Fundo Estadual de Combate à Pobreza; Este ofício foi respondido com as devidas informações que haviam sido solicitadas, portanto considera-se demanda atendida. Parecer da Comissão: ofício encaminhado à FECOP. Parecer do COPEDEH: Aprovado. Parecer da Comissão: os Envio de novo ofício a SEFA questionando quais os quantitativos de 2020 a 2024 e valor. E para onde é destinado o recurso do fundo, tendo em vista alteração de lei específica. Número de pessoas e valor a que foram destinados o valor. Parecer do COPEDEH: 2. Indígenas. Histórico: Indígenas: Caso dos Avá Guarani do oeste – Situação enviada pela conselheira Daisy Ribeiro. Parecer da Comissão: • Envio de ofício ao Desembargador Fernando Prazeres e MP noticiando que o COPEDEH já está a par da situação e solicitando informes de tratativas. • Envio de ofício ao Conselho Nacional de Direitos Humanos solicitando respostas sobre tratativas da pauta em questão e encaminhamentos necessários para a inclusão dessa pauta no Mercosul, que o CNDH oficie a Comissão interamericana de Direitos Humanos realizando o informe da situação. • Envio de ofício a SANEPAR para auxílio na inclusão\ distribuição de água potável aos povos*

*indígenas de forma emergencial. • Oficiar o SEMIPI e Conselho de Povos Indígenas do Paraná para participação do debate. • Envio de Ofício ao CNDH solicitando audiência para o melhor encaminhamento para atuação dos povos indígenas a nível de denuncia internacional. • Ofício a Ministra dos Povos indígenas para visita ao problema. • Ofício a FUNAI solicitando encaminhamentos e tratativas. • Realizar uma visita as terras indígenas pelo COPEDH. Parecer do COPEDH: Aprovado. 3. Tiradentes II Histórico: Movimento Tiradentes II – Solicitação de pauta enviada pela conselheira Elza Maria Campos. Parecer da Comissão: Verificação de retorno de ofícios. Parecer do COPEDH: Aprovado. 4. Despejos Zero Histórico: Movimento Despejos Zero - Solicitação de pauta enviada pela conselheira Elza Maria Campos. Parecer da Comissão: Verificação de retorno de ofícios. Parecer do COPEDH: Aprovado. 5. Inquérito policial aberto referente ao Hamilton. Histórico: Parecer da Comissão: • Ofício ao MP, CNDH, Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça informando a gravidade da situação. • Envio de ofício de desagrado/defesa do conselheiro Hamilton a Secretaria de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu e para a Guarda Municipal informando que o Conselheiro Hamilton está representando o COPEDH nas ações de Foz, não interesses pessoais ou partidários. Conselheiro nomeado pelo Governador do Estado por decreto. Parecer do COPEDH: Aprovado.”.*

**13.4 Comissão em Direitos Sociais: Saúde, Educação, LGBTI+, Cultura, Cidadania, Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Sustentabilidade:** Walter relatou que receberam uma resposta do Ofício relacionado à solicitação do número de profissionais do sexo LGBTI+ que foram assassinados (as) em 2023. A resposta foi de 10 pessoas em 2023 e 14 em 2022. Assim, solicitaram que houvesse uma comunicação e solicitação ao Ministério Público, para que tragam números registrados pelo órgão. Além disso, Walter

solicitou que o COPEDH/PR oficie o Ministério Público do Trabalho para tomarem ciência de que forma está acontecendo a fiscalização e combate aos trabalhos análogos à escravidão no Estado do Paraná, especialmente na população migrante, para assim, o COPEDH/PR possa atuar e expandir os “braços” dessa fiscalização; Por fim, Bruna colocou os encaminhamentos supracitados em votação — sem ressalvas, aprovado. Segue o relatório apresentado pela Comissão: *“Data da Reunião: 02 de Fevereiro de 2024 Horário: 09h00 às 17h00 Local: Palácio das Araucárias, Sala de Gestão, 7º andar, em Curitiba/PR Coordenação: Walter Tierling Neto Relatoria: Presentes: Walter, Thais, Alane, Carol 1. PROTOCOLO: 21.589.460-6 • Trata-se de protocolo solicitando levantamento de dados quantitativo de assassinatos envolvendo a população LGBTI+ e profissionais do sexo (transgênero e cisgênero) pendentes de solução, dos últimos 5 anos. Ofício encaminhado, conforme deliberação em ultima reunião plenária, e retornado. Histórico: Ponto debatido e registrado em ata do dia 30 de Novembro de 2023. Parecer da Comissão: Ofício ao MP solicitando informações se em seus registros existem número e, caso positivo, quais são esses números referente a assassinatos desses grupos específicos (população LGBTI+ e profissionais do sexo (transgênero e cisgênero). Oficiar o Tribunal do Estado do Paraná sobre o mesmo tema. 2. Trabalho análogo a escravidão. Parecer da Comissão: Oficiar o MP do Trabalho solicitando dados quantitativos quanto a deflagração e medidas voltadas ao combate da pratica do trabalho em condições análogas a escravidão e o número de casos já apurados em nosso estado. Parecer do COPEDH: APROVADO.”. **13.5 Comissão de Promoção da Igualdade Racial, Defesa de Povos Tradicionais de Terreiro e Religiões de Matriz Africana e Combate ao Racismo Estrutural, ao Racismo Religioso e Intolerância Religiosa:** Sem relato. **14.Informes Gerais:** Sem informes*



gerais. **15. Encerramento:** Em conclusão, Bruna agradeceu a presença de todos (as/es) e deu encerramento à Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPEDH/PR). A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por Gustavo De Oliveira Bonassole.